

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*).

GRACIOTTI (Mário). — **O Mundo antes do Dilúvio**. Editôra Clube do Livro Ltda. São Paulo. 1962. 102 capítulos, 126 gravuras, 498 notas bibliográficas e informativas. Ilustrações e desenhos de Vicente di Grado, André Fullop e Hélio Rúbio. 287 pp.

Mário Graciotti com o presente volume, **O Mundo antes do Dilúvio**, aborda um dos assuntos mais fascinantes da História Oriental: o estudo da Mesopotâmia e das suas mais remotas civilizações.

Para chegar a elaborar a sua obra, o Autor fez afanosas pesquisas, de que fomos testemunha, procurou ler tudo o que encontrou, importou grande quantidade de livros especializados. Depois, com a sua brilhante pena, procurou tornar amena a narração que se propôs a escrever, procurando alcançar dois objetivos principais: a maior divulgação de assuntos tão interessantes e úteis e a aproximação lenta e cautelosa daquelas áreas em que se desenha o berço primitivo do Homem... Ele o conseguiu. Assim, todos, professôres e alunos e mesmo simples curiosos, poderão abordar tão sugestivos temas, devido a forma leve, literária, de crônicas amenas, adotada pelo Autor. Pausadamente, devagar, com jeito, Mário Graciotti vai expondo a matéria que está disposta num plano orientador que ele vai desafiando vagarosamente.

Além do problema do dilúvio, Mário Graciotti mostra a civilização sumeriana pela qual se apaixonou perdidamente, narrando suas lendas, mostrando as provas arqueológicas da sua fabulosa existência, descrevendo seus deuses, sacerdotes, as *ziggurats*, templos, jardins, o cuneiforme, os algarismos, o calendário, as artes maiores e menores, ficando assim patente que a nossa civilização tem uma imensa dívida com os sumerianos.

Nestas condições, o livro de Mário Graciotti é obra que se lê com agrado pelas suas ilustrações, com interêsse pelo que contém. Por isso recomendamos **O Mundo antes do Dilúvio** aos nossos leitores, principalmente aos nossos alunos que conosco deverão abordar a História da Mesopotâmia que assim terão neste livro uma excelente obra de iniciação histórica.

E. SIMÕES DE PAULA

\*

BLOCH (Marc). — **Seigneurie Française et Manoir Anglais**. Vol. 16 da Col. "Cahiers des Annales", edição de Armand Colin, Paris, 1960, 160 págs. Prefácio de Georges Duby. Apêndice bibliográfico de Carpentier e Gesnault.

Representa a presente publicação mais uma oportunidade para estabelecer-se contacto com um dos mais importantes medievalistas dos últimos tempos e, desta vez, sob um aspecto novo, o de professor. Efe-

(\*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa das suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

tivamente, representa o presente trabalho o curso ministrado pelo Autor na Sorbonne em 1936. Desta forma, embora a sua elaboração não se tenha realizado em circunstâncias trágicas como as do seu **Metier de l'Historien**, verificam-se lacunas consideráveis, motivadas ora pelo extravio de fôlhas do manuscrito, ora pelas passagens exageradamente esquematizadas, destinadas a serem desenvolvidas oralmente. Porém, a consistência da obra e uma série de observações originais justificam amplamente sua publicação.

O objeto do estudo em questão é a evolução das zonas rurais francesa e inglesa, sendo o livro, portanto, um exemplo de história comparada. O ponto de partida, estabelecido na Introdução, é uma comparação das paisagens rurais francesa e inglesa na época da organização do curso. Assinala êle a maior fragmentação da propriedade rural, a maior diversidade e a maior intensidade da agricultura na França, em contraste com as grandes propriedades inglesas, onde a agricultura é relativamente pouco praticada e o aspecto de bosque predomina acentuadamente. Propõe-se então Marc Bloch explicar tal situação partindo das formas de domínio rural dos dois países na Idade Média: a senhoria francesa e o **manoir** inglês.

A primeira parte da obra tem por título: **Les Origines: France Carolingienne et Angleterre Normande**. Reside aqui, a nosso ver, um dos pontos mais discutíveis do livro, visto que, quando da implantação do regime senhorial na Inglaterra por Guilherme, o Conquistador, a senhoria francesa já se afastara bastante do padrão carolíngio, verificando-se uma assincronia justificada apenas por se propor o Autor, nesta parte, a restringir o exame às origens das instituições em questão. De qualquer forma, o contraste entre o caráter espontâneo da formação da senhoria e a introdução abrupta e compulsória do **manoir** pelo invasor normando na Inglaterra fica bem ressaltado. Observa-se então uma diferença fundamental entre as duas formas de domínio, muito importante para o problema em foco: as relações entre senhores e dependentes era na França regulamentada pelos costumes, estando sujeitas por isso a deformações de vários tipos, enquanto que na Inglaterra a regulamentação em questão era regida por leis escritas e, por isso, juridicamente mais precisa.

A segunda parte analisa a evolução da senhoria e do **manoir** entre os séculos XI e XIII, quando então já são mais notáveis as tendências divergentes das duas organizações dominiais, sendo a francesa mais favorável à consolidação da situação dos dependentes, em grande parte devido à preocupação dos reis em impor sua autoridade à nobreza e ao clero, enquanto na Inglaterra a mais consistente fundamentação jurídica favoreceu a classe senhorial.

A terceira e última parte do livro trata do período posterior ao século XIV, chegando inclusive até o século XX. Os marcos finais na evolução do domínio rural são a Revolução de 1789 para a França e a **Law Property Act**, de 1922, para a Inglaterra. Na França, a consolidação do direito dos camponeses tornou-se mais taxativa com a Guerra dos Cem Anos, quando a redução acentuada da disponibilidade de mão-de-obra agrícola obrigou os senhores a oferecer melhores condições aos camponeses. A tendência altista dos preços tam-

bém favoreceu mais aos camponeses que aos senhores. No século XVIII a classe senhorial tentou uma reação de resultados limitados — tornada inócua com a Revolução de 1789 — que colocou os camponeses da França em situação privilegiada em relação aos dos outros países da Europa.

Na Inglaterra tendências quase opostas preponderaram. Lá a classe senhorial estava mais habituada que a da França a explorar diretamente seu domínio, com utilização em larga escala da mão-de-obra assalariada, sendo restrito o número de “tenanceiros” com direito à exploração de glebas do **manoir**. Ao mesmo tempo, a burguesia comerciante e industrial inglesa não encontrou obstáculos para adquirir terras, identificando-se em grande parte os seus interesses com os da nobreza tradicional. A aliança das duas classes no Parlamento desencadeou entre os séculos XVI e XVIII o movimento das **enclosures** (cêrcas), que consistia na integração de terras comunais em senhorias mediante ato parlamentar, o que contribuiu para fortalecer a instituição dominial. Já então a agricultura inglesa não se encontrava em situação brilhante e a Revolução Industrial acabou por liquidá-la por ato parlamentar de 1846, que aboliu taxas protecionistas que pesavam sobre o trigo importado e outros produtos agrícolas. Enquanto a política econômica inglesa se pautou por um esquema mercantilista o consumo dos produtos agrícolas ingleses, mesmo sendo mais caros que os de outras procedências foi estipulado pelas autoridades. Mas quando a ascendente burguesia industrial, interessada em pagar salários mais baixos, julgou necessária a baixa no preço dos produtos alimentícios, a legislação que protegia a agricultura inglesa foi profundamente alterada. O aproveitamento da maior parte da população na indústria provocou a deslocação dos desequilíbrios sociais do campo para a cidade. Ao contrário do que ocorreu na França, a morte do domínio inglês foi lenta e pacífica não se cercando a **Law Property Act** de 1922 de nenhuma atmosfera dramática.

Esta curta resenha, se dá uma idéia do tema do livro e da linha de argumentação de seu autor, não faz justiça à sua compacta consistência. O problema da diversidade de estatutos dos dependentes, o problema do desaparecimento do escravo, tal como existia na Antigüidade, os mecanismos monetários e outros problemas diretos ou indiretamente relacionados com o tema central mereceram considerações de aguda lucidez. Caracteriza-se também a linha de pensamento do Autor pela ausência de rigidez e variedade de fundamentação, recorrendo êle a todos os campos de investigação suscetíveis de fornecer elementos ao problema em foco, tais como a toponímia, linguística comparada, etc. Em síntese, uma obra um tanto inacabada mas de grande interesse para os estudiosos do assunto.

VICTOR DEODATO DA SILVA